



**SindBancários**  
PETRÓPOLIS/RJ

**Dia a Dia**

[www.sindbancariospetropolis.com.br](http://www.sindbancariospetropolis.com.br)



**CUT** BRASIL **CONTRAF**

Informativo Diário do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários  
e no Ramo Financeiro dos Municípios de Petrópolis e São José do Vale do Rio Preto

Telefax: (24) 2242.0673 | 2231.2281

[f/SindBancariosPetropolis](https://www.facebook.com/SindBancariosPetropolis)

[sindbancariospetropolis@gmail.com](mailto:sindbancariospetropolis@gmail.com)

**Ano XX nº 5148 – 19 agosto de 2015**

## **Hoje acontece a primeira rodada de negociação com a Fenaban**

O Comando Nacional dos Bancários participará hoje (19/08), em São Paulo, da primeira rodada de negociação com a Fenaban na Campanha Nacional 2015. O tema será emprego. A categoria vai negociar o fim das demissões e garantia no emprego, o fim da rotatividade e o combate à terceirização, entre outros temas.

Os bancos que operam no Brasil fecharam 2.795 postos de trabalho nos primeiros seis meses de 2015, de acordo com a Pesquisa de Emprego Bancário (PEB), divulgada pela Contraf-CUT. As reduções mais expressivas ocorreram no Rio de Janeiro (-771), Minas Gerais (-484) e São Paulo (-458).

Somente o Itaú Unibanco, Bradesco e Santander, do primeiro semestre de 2014 ao primeiro semestre de 2015, fecharam 6.032 postos de trabalho. No mesmo período, os três bancos tiveram um crescimento de 22,3% no seu lucro líquido.

No início dos anos 1990, o Brasil tinha 732 mil bancários. Em 2013, esse número caiu para 511 mil, segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego. No momento, 21 mil bancários do HSBC, adquirido pelo Bradesco, correm risco de demissão.

## **Caixa é condenada a reintegrar bancária demitida por ter cargo de professora**



A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho considerou constitucional a acumulação de cargos públicos de uma técnica bancária da Caixa Econômica Federal (CEF) que é professora da rede de ensino do Mato Grosso. Os ministros também determinaram sua reintegração ao quadro de empregados da Caixa, uma vez que, durante a tramitação do processo, ela foi demitida por acúmulo ilegal de funções.

Após a Caixa comunicá-la sobre seu entendimento quanto à ilegalidade do desempenho dos dois cargos ao mesmo tempo e avisá-la de que, se não optasse por um deles, seria demitida por justa causa, a bancária ingressou com ação na 2ª Vara do Trabalho de Rondonópolis (MT). No processo, pleiteou que a acumulação fosse declarada legítima, com base no artigo 37, inciso XVI, alínea 'b', da Constituição Federal, que permite, no serviço público, o exercício conjunto de um cargo de professor com outro de natureza técnica ou científica, desde que os horários não sejam conflitantes.

O relator do recurso da trabalhadora ao TST, ministro Maurício Godinho Delgado, determinou a reintegração e o pagamento de todos os salários relativos ao período do afastamento.

## **Cancelada audiência sobre o HSBC**

A Audiência Pública para debater o futuro do HSBC e a repercussão na vida dos trabalhadores do banco, solicitada pelo deputado Daniel Almeida prevista para ontem (18/08), foi cancelada.

O aviso foi dado pelo presidente da Comissão de Trabalho, Administração Pública e Serviço Público da Câmara dos Deputados, Benjamin Maranhão. Os motivos ainda não foram esclarecidos. Almeida declarou estar chateado com o cancelamento e que lutará por uma nova data. Os dirigentes sindicais também. Por isso, vão à Brasília pressionar os parlamentares por apoio a campanha em defesa do emprego.

## **Projeto pode dobrar a correção do FGTS**

O modelo de correção do saldo das contas o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) pode mudar. Um projeto pronto para votação na Câmara dos Deputados propõe que o dinheiro depositado no fundo tenha uma remuneração maior, igual à da poupança. Atualmente, o rendimento do FGTS é de 3% mais a Taxa Referencial (TR). Pela proposta defendida, o rendimento dobraria, alcançando mais de 6% ao ano. A nova taxa, se aprovada, valerá para os depósitos feitos a partir de 2016.

A possível mudança divide opiniões e aumenta os gastos do governo federal.